



PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO: O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de Reforma da Praça Antônio Viana na Vila Apiaú no Município de Mucajaí-RR.

2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1 - O art. 18º da Lei nº 14.133/21, estabelece que a elaboração do Projeto Básico é etapa essencial e precedente da realização de licitações de aquisição, obras e prestação de serviços, estabelece ainda, que o Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a aquisição, obra ou serviço objeto da licitação, evitando a ocorrência de irregularidades quando da realização dos procedimentos administrativos.

3 – FINALIDADE

3.1 - As presentes especificações técnicas visam a estabelecer as condições gerais para a realização dos serviços de Reforma da Praça Antônio Viana na Vila Apiaú no Município de Mucajaí-RR.

4 – JUSTIFICATIVA:

4.1 - A contratação de serviços para realização da Reforma da Praça Antônio Viana na Vila Apiaú no Município de Mucajaí-RR, se faz necessária pois devido ao desgaste natural, a estrutura carece de reparos principalmente nas instalações hidrossanitárias, com as louças e acessórios ausentes ou sem condições de uso, revestimentos danificados. Além disso estrutura necessita de pintura geral e manutenção dos telhados, com substituição parcial das tramas e telhamento, bem como serviços de pavimentação dos passeios internos.

5 – OBJETIVO/META:

5.1 – Os serviços a serem executados deverão obedecer às condições gerais previstas no Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas da ABNT pertinentes. Resumidamente, os serviços demandados de engenharia são:

- Telhamento
- Instalação de revestimento cerâmico
- Pintura de paredes internas e externas
- Revisão de pontos elétricos
- Revisão de pontos hidrossanitários
- Execução de passeio com bloco intertravado
- Execução de piso cimentado
- Pintura de piso
- Plantio de grama vegetal
- Limpeza manual de vegetação em terrenos.



6 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1 – Limpeza Manual da Vegetação: execução de limpeza de toda a área do terreno correspondente à praça com uso de enxada, afim de evitar a ploriferação de vetores e animais peçonhentos, bem como possibilitar a recuperação para execução de outros serviços.

6.2 – Demolições e retiradas: serão removidas/demolidas todas as esquadrias, louças, acessórios, telhamento e forros.

6.3 – Manutenção da Cobertura: será realizada a manutenção das coberturas das edificações da praça com a substituição do telhamento e reposição parcial da trama de madeira.

6.4 – Instalação de forro: será realizada a instalação de forro pvc nas lanchonetes, afim de melhorar o isolamento térmico e acústico.

6.5 – Revestimentos: serão substituídos todos os revestimentos de piso das lanchonetes, tapiri e quiosques.

6.7 – Pintura: serão executados os serviços de emassamento e pintura interna e externa das edificações existentes na praça. Além disso, serão pintadas as portas novas e a janela de enrolar existente nas lanchonetes.

6.8 – Esquadrias: Serão instaladas portas e janelas basculantes novas nas edificações, conforme especificações do projeto.

6.9 – Instalações Hidrossanitárias: será realizada a manutenção dos sistemas hidraulicos e sanitários com a substituição de louças e acessórios.

6.10 – Instalações Elétricas: serão revisados todos os pontos de iluminação e tomadas, com a substituição de luminárias e tomadas. Além disso, serão instalados postes de iluminação externa.

6.11 – Pavimentação: serão recuperados os pisos cimentados existentes bem como executados novos pisos em bloco intertravado com guia meio fio e piso cimentado, conforme especificações do projeto.

6.12 – Brinquedos e equipamentos: Serão fornecidos e instalados brinquedos na área destinada ao playground da praça, incluindo o chumbamento. Além disso, serão fornecidos e instalados bancos pré moldados.

6.13 – Urbanização: em toda a área especificada no projeto, será realizado o aterro e plantio de grama vegetal.

7 – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

7.1 – A execução dos serviços será por regime de empreitada por preço global.

8 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA DO CONTRATO

8.1 - O prazo para execução dos serviços será de 90 (sessenta) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviços, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da PMM a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução dos serviços.

8.2– A vigencia do contrato para realização dos serviços Reforma da Praça Antônio Viana na Vila Apiaú no Município de Mucajaí-RR, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do ato de assinatura do mesmo.



9 – DO VALOR:

9.1- O valor total da proposta apresentada no momento da licitação não poderá ultrapassar o valor estipulado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, em seu orçamento de R\$ 552.149,18 (quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e dezoito centavos), conforme consta na planilha orçamentária de custos do Projeto Básico. O valor de repasse do Governo do Estado é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais e zero centavos) e a contrapartida do Município é de R\$ 52.149,18 (cinquenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e dezoito centavos).

9.2 - Os custos propostos deverão incluir todos os impostos e taxas vigentes conforme legislação.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO.

10.1- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no futuro Edital.

10.2- Importa ressaltar neste Termo de Referência, a atenção ao art. 69 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser demonstrado pelas licitantes balanço patrimonial comprovando os índices contábeis, definido em Edital, sendo ainda exigido da licitante a comprovação de patrimônio mínimo, no valor de 10% do valor estimado de cada Lote para o qual o proponente concorrer.

10.3- A documentação relativa à **capacidade técnica profissional e operacional** consistirá em:

a) a Licitante, deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Lei Nº6.496, de 1977.

b) nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, o Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um **Engenheiro(a) Civil ou equivalente**, que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.

10.4- Do Procedimento de contratação sem prejuízo de outros documentos a serem exigidos no Instrumento Convocatório, A Proponente/Licitante deverá possuir:

10.4.1- Na forma do art. 88, § 3º da Lei nº 14.133/2021, registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do domicílio ou sede da proponente/licitante, válido e com a indicação de seu(s) responsável(eis) técnico(s), de nível superior com graduação em Engenharia Civil.

10.4.2- A Licitante, deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Lei Nº6.496/77.

10.4.3- Nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, o Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil que



possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.

10.4.4- As empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4.5- Apresentar prova válida (Certidão de Pessoa Jurídica) de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sob o domicílio da sede do Licitante.

10.4.6 Apresentar prova válida (Certidão de Pessoa Física) de registro e regularidade do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com jurisdição sob o domicílio da sede da empresa.

10.4.7- Para fins de qualificação **técnico-profissional**, a Licitante deverá apresentar, nos termos de seu art. 67 Lei 14.133/2021, Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, de obras e serviços superiores ou equivalentes ao do objeto licitado, devidamente acompanhada do Atestado de Capacidade Técnica registrado no CREA, conforme quantitativo mínimo abaixo:

ITEM	ITENS DE SERVIÇO	UND.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
7.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	m²	42,88
8.2	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	34,49
12.2	RECUPERACAO E REPARO DE PISOS CIMENTADOS	m²	153,44
12.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	141,42

10.4.8- Apresentar **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA** expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado **devidamente registrado(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para fins de comprovação **técnico-operacional**, demonstrando que a empresa desempenhou atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

ITEM	ITENS DE SERVIÇO	UND.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
------	------------------	------	---------------------



7.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	m²	42,88
8.2	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	34,49
12.2	RECUPERACAO E REPARO DE PISOS CIMENTADOS	m²	153,44
12.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	141,42

10.4.9- A(s) CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) emitidas via internet deverão estar impressas na sua totalidade, na íntegra e anexadas à documentação de habilitação.

10.4.10- Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023, do CONFEA.

10.4.11- Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

11– DAS OBRIGAÇÕES

11.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- No caso de solicitações promovidas excepcionalmente, em caráter de urgência, deverá diligenciar a fim de proceder à execução o mais rápido possível;
- Assumir as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista, obrigando-se a quitá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia ou expressa anuência do CONTRATANTE;
- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando fiel desempenho das atividades;
- Os serviços serão executados pela CONTRATADA, sendo que todos os impostos, taxas, encargos e obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes do contrato ficarão por conta da CONTRATADA;
- A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com este Projeto Básico e especificações, demais documentos técnicos fornecidos, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos serviços.



i) - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela execução dos equipamentos de proteção coletiva e fornecimento de equipamento de proteção individual, adequados, para proteção de trabalhadores e das pessoas circulantes nas ruas e avenidas, observando os aspectos de segurança e danos a terceiros.

11.2 - O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) - Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do art. 119 da Lei 14.133/21, o acompanhamento e a fiscalização do serviço;
- b) - Efetuar o pagamento ao CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste projeto básico;
- c) - O CONTRATANTE será obrigado somente a pagar os serviços executados pela CONTRATADA;
- d) - Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como preservadas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 - Os recursos para essa contratação estão segurados na classificação orçamentária: Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Programa de Atividade:

Elemento de Despesa:

Tipo de empenho: Do valor global.

Fonte de Recursos: RECURSOS DE CONVENIO COM GOV. DO ESTADO e RECURSOS PRÓPRIOS.

13 – DO PAGAMENTO:

13.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - SEMPLAF, mediante a apresentação da fatura de serviços executados e acompanhada da respectiva Nota Fiscal de serviços devidamente atestada pelo fiscal designado por Ato Legal.

13.2 - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

14 – DAS PENALIDADES:

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. Art. 156 da Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;



IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada



por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública .

15 – DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 - O período de execução dos serviços será acompanhado e fiscalizado pelo Engenheiro fiscal da Secretária Municipal de Obras, na condição de representante do CONTRATANTE, permitida a sua substituição no interesse da Administração, que deverá anotar todas as ocorrências, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo-as à administração;

15.2-As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao Gabinete do CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

16 – DAS ALTERAÇÕES:

16.1- As alterações podem ser unilaterais, conforme art. 124 da Lei 14.133/2021, quando feitas pela Administração sem a necessidade de prévia anuência do contratado, ou consensuais, por acordo entre as partes.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 -A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as reduções ou acréscimos, que se fizerem necessários no quantitativo de execução de serviços de até 50% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do contrato, sem que caiba a Contratada o direito de qualquer reclamação, conforme dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21;

17.2 -É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão;

17.3 - Aplicam-se, no que couberem as disposições constantes da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;



17.4 -O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendido a conveniência do contratante, recebendo o contratado o valor correspondente ao objeto correspondente, bem como de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

17.5 -Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução dos serviços de constantes do Projeto Básico, serão resolvidos pela contratante.

Mucajaí/RR, 29 de agosto de 2025.

MAX WESLEY DOS SANTOS PINTO
CREA: 0918836280-RR